

PENALIDADE POR FALTA DE LASTRO É EXCESSIVA

Pág. 3



>> **OBJETIVO ATINGIDO**

Evento do PEC alertou quanto ao risco de perda de competitividade industrial devido ao encarecimento da energia.

Pág. 2

>> **MEIO AMBIENTE**

Controle de emissões não pode comprometer crescimento econômico.

Pág. 4

PAC: É PRECISO MANTER INVESTIMENTOS

por *Érico Sommer**

A atual crise financeira impõe alguns desafios ao Brasil. Na área de energia, o principal deles é assegurar que os investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) sejam mantidos. Reduzi-los, prevendo compensar os transtornos financeiros, seria transformar

o golpe da crise em uma doença crônica para a economia nacional. Sem investimentos, o País pode perder o rumo de crescimento e demorar muito a se levantar, mesmo depois de neutralizado o choque de liquidez internacional.

Reconhecemos que as políticas econômicas de acúmulo de reservas e as medidas recentes, na tentativa de garantir o fluxo de crédito, permitem que se mantenha a esperança de que o Brasil atravessará as turbulências evitando o pior. Mas o desafio está lançado: é preciso planejar e investir agora, durante as dificuldades, para desfrutar de um futuro mais promissor.

Chamamos a atenção, ainda, sobre a urgência de o governo interromper o processo de substituição da geração hidrelétrica por térmicas baseadas em combustíveis fósseis. É preciso apressar os licenciamentos de novas hidrelétricas, a fim de que a indústria possa contar com energia limpa e de baixo custo e, assim, manter sua competitividade. Esse é um dos principais pleitos do Projeto Energia Competitiva (PEC), da ABRACE, sobre o qual há mais informações no texto ao lado.

Esta edição traz também reportagem sobre os esforços da ABRACE na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com o intuito de reduzir as penalidades impostas aos consumidores livres que não têm condições de comprovar lastro de seus contratos de energia. Tomamos essa postura porque achamos fundamental garantir que o consumidor livre não seja penalizado por desequilíbrios verificados no setor elétrico.

Na página 4, expomos nossa opinião quanto à participação do País no processo de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Na nossa avaliação, a diminuição do índice de desmatamento e de queimadas deve ser a principal ação para reduzir as emissões.

Boa leitura!

** Érico Sommer é presidente do Conselho Diretor da ABRACE.*



CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO

A ABRACE lançou, durante o evento “Energia Competitiva: Contribuindo para o Crescimento do Brasil”, realizado no dia 30 de outubro, em São Paulo, a segunda fase do Projeto Energia Competitiva (PEC), cujo principal objetivo é desenvolver estudos que alertam a sociedade para a perda acentuada de competitividade da indústria brasileira em decorrência do encarecimento da energia.

Na abertura do programa, o presidente do Conselho Diretor da entidade, Érico Sommer, expôs as diretrizes básicas do PEC: redução da carga tributária e dos encargos setoriais, apoio à primazia da hidreletricidade na matriz elétrica brasileira, tratamento isonômico aos consumidores livres e cativos e aprovação da Lei do Gás. Organizado como *talk-show*, o seminário contou com a participação do vice-presidente de planejamento em novos negócios da Braskem, André Amaro, do ex-ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira, do presidente executivo da ABRACE, Ricardo Lima, e dos deputados José Otávio Germano (PP-RS) e André Vargas (PT-PR).

No debate, foram discutidos diversos temas. Amaro falou sobre o risco de os investimentos previstos no PAC para o setor energético serem reduzidos por causa da crise financeira internacional. Moreira criticou o governo por não ter feito, nos últimos anos, as reformas previdenciária e tributária. “O sistema elétrico virou uma repartição da receita.” O deputado Germano, por sua vez, cobrou maior atenção do governo ao setor elétrico, enquanto Lima, da ABRACE, reforçou os pleitos da entidade e sinalizou com a necessidade de os consumidores livres terem acesso aos leilões de energia nova.

Durante o encontro, também foi apresentado o estudo “Brasil Sustentável – Desafios do mercado de energia”, realizado pela Ernst & Young e a FGV Projetos, que discute tendências relativas à matriz energética mundial em 2030.

Avaliação – Entre associados, dirigentes de empresas e outros agentes do setor de energia, o seminário reuniu 281 pessoas. Pesquisa feita com os participantes indicou que 90% deles consideraram excelente ou muito boa a organização geral do evento e os conteúdos apresentados. A programação também teve boa receptividade da mídia especializada, com grande repercussão em jornais, revistas e mídia eletrônica.



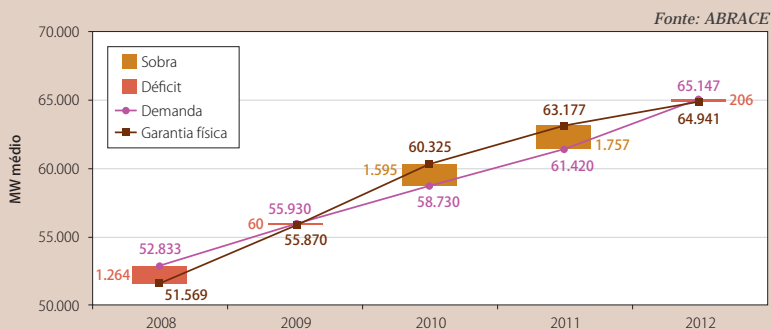
PENALIDADE: SISTEMÁTICA REQUER ADEQUAÇÕES

O atual cenário de desequilíbrio entre oferta e demanda de energia no mercado brasileiro motivou a ABRACE a apresentar proposta, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de alteração na sistemática de cobrança de penalidade aos consumidores livres referente à falta de lastro de energia elétrica. A penalidade é excessiva, pois a dificuldade de contratação de energia deve-se a problemas estruturais sobre os quais o consumidor livre não tem qualquer responsabilidade.

Um dos aspectos mais significativos no cenário de escassez de contratos é a impossibilidade de que venham ocorrer licitações de novas usinas antes de 2011.

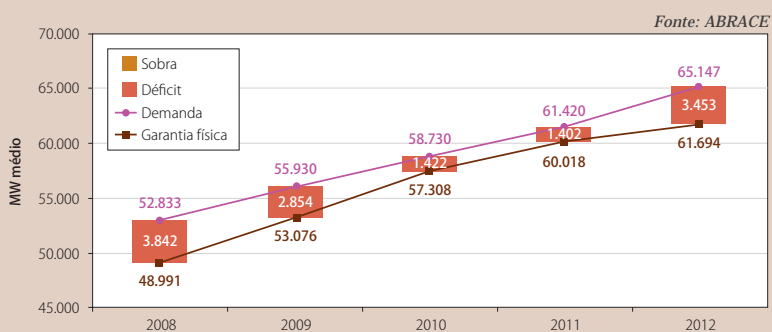
O quadro abaixo mostra que o total de energia disponível no sistema interligado nacional para venda, a garantia física, está menor que o consumo nacional previsto para os anos de 2008 e 2009.

Gráfico 1 – Balanço da garantia física



Essa situação se agrava, uma vez que os geradores reservam parte de sua garantia física, cerca de 5%, para atendimento de flexibilidades contratuais ou variações do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e só oferecem essa parcela de energia no mercado de curto prazo, *ex-post*, isto é, por meio de contratos mensais, fechados no final do mês de consumo.

Gráfico 2 – Balanço de garantia física descontando 5%



O cenário também é impactado por incertezas quanto à real disponibilidade de combustível para as usinas movidas a gás natural, apontando para a possibilidade de ocorrência de uma nova crise de abastecimento no caso de escassez do combustível.

Importante, no entanto, é destacar as inadequações na estrutura do próprio modelo de comercialização do setor elétrico, que privilegia sistematicamente os consumidores

cativos, atendidos por distribuidoras, em detrimento dos consumidores livres. No caso das penalidades, a evidência dessa postura reside no fato de que apenas os consumidores livres devem pagar por não terem conseguido lastrear todo seu consumo, além de serem obrigados a completar suas operações no mercado *spot*.

No caso das distribuidoras, serve como justificativa o fato de não terem conseguido contratar toda a energia necessária nos leilões promovidos pelo governo, como ocorreu em 2008, e ocorrerá em 2009, quando as distribuidoras não conseguiram comprar contratos suficientes para cobertura de toda sua demanda.

Para os consumidores livres, entretanto, há penalidade mesmo àqueles que tentaram adquirir a energia por meio de leilões de compra, mas não receberam ofertas suficientes para lastrear 100% de sua demanda.

No atual contexto de falta de energia disponível no mercado, a manutenção das penalidades causou, ainda, outro problema: os vendedores estão preferindo vender a energia disponível em curto prazo e a preços muito elevados. Como os consumidores livres sem contratos têm de comprar o montante descontratado no mercado *spot* pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD, publicado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e também pagar penalidade por falta de lastro, os geradores vendem a energia por valores próximos aos que seriam pagos nessa situação, isto é PLD + penalidade. Com isso, o consumidor é obrigado a pagar valores abusivos pela energia.

De acordo com a visão geral do mercado, o objetivo dessa penalidade não é arrecadatório, mas sim de estímulo à contratação de longo prazo. Entretanto, se falta energia para contratação e são necessários ao menos três anos para a construção de novas usinas, qual o sentido de se manter a penalidade?

Diante disso, a proposta da ABRACE é que a penalidade imposta aos consumidores sem lastro seja reduzida para um percentual sobre o PLD – 10%, por exemplo. Hoje, a determinação do valor da penalidade leva em conta o maior valor entre o PLD ou o Valor Anual de Referência, que, para 2008, é de R\$ 139,44 por MWh. A redução do seu valor não deixaria de estimular a contratação, mas induziria os agentes vendedores a uma redução no *spread* de venda no mercado, reduzindo as especulações hoje existentes.

MENOS EMISSÕES COM MAIS COMPETITIVIDADE

ABRACE alerta que as discussões sobre a redução das emissões de gases causadores de efeito estufa (GEE) devem considerar a necessidade de crescimento econômico dos países em desenvolvimento. A entidade reconhece que todos os países têm responsabilidade em relação às emissões, mas defende que, no caso dos países emergentes, essa responsabilidade seja proporcional às suas emissões históricas, *vis-à-vis* aquelas de países mais industrializados, seguindo o princípio expresso na Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Globais do Clima.

Especificamente com relação ao Brasil, a ABRACE entende que a diminuição do índice de desmatamento e das queimadas da Floresta Amazônica deva ser a principal ação para diminuir as emissões de GEE. Isso porque essas atividades respondem por 75% das emissões.

Os grandes consumidores industriais de energia vêm com muita preocupação o relatório do Programa da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente, que mostra que as emissões mundiais de GEE têm crescido 3,5% ao ano desde 2000. Esse índice ficou acima das estimativas mais pessimistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que previam, na pior das hipóteses, crescimento médio de 2,7% ao ano na última década.

Para eles, além da redução do desmatamento, o Brasil poderia contribuir para reverter esse quadro interrompendo o processo de substituição de hidreletricidade por energia elétrica obtida por meio de termelétricas movidas a combustíveis fósseis, que emitem GEE. Nos últimos leilões de contratação de energia, as térmicas a óleo combustível foram responsáveis pela maior parte da energia contratada. Outra questão é que, além de mais poluentes, essas fontes também são mais caras.

O problema é que esse processo acontece exatamente pela falta de licenças ambientais das hidrelétricas e de novos projetos de usinas. Nesse sentido, o governo precisa mudar o rumo de expansão do setor elétrico brasileiro. É necessário acelerar os estudos de inventários e o licenciamento ambiental dos projetos, de modo a oferecer uma quantidade maior de hidrelétricas nos próximos leilões de energia nova. Só assim será possível aproveitar o potencial brasileiro e garantir que o País continue dono de uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, como tem sido inclusive destacado por representantes do próprio governo.

Competitividade da indústria

A ABRACE não concorda, no entanto, com a introdução de metas obrigatórias de redução de emissões, como defende Ministério do Meio Ambiente (MMA). A proposta do ministro Carlos Minc é que o País assuma o compromisso de diminuir de 10% a 20% as emissões no período de 2012 a 2020, com base no volume de gases de efeito estufa lançado à atmosfera no ano de 2004.

A ABRACE considera que esse tipo de medida coloca em risco a competitividade da economia brasileira. Na sua visão, é adequada apenas a adoção de metas voluntárias para a mitigação dos impactos ambientais das várias atividades industriais. Além disso, a entidade preocupa-se com a possibilidade de introdução, individualmente pelos estados, de metas para as emissões de GEE. O risco é que se crie uma disputa semelhante à guerra fiscal, comprometendo a atividade industrial e o desenvolvimento de algumas regiões do País.

Expediente

Esta é uma publicação da ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

Execução



Jornalista responsável

Odete Pacheco (MTB 15.268)

Reportagem

Daniela Lessa e Clara Barufi

Diagramação

Karine Pacheco

Ilustração capa

Patricia Montrezol

Revisão

Christina Binato

Fone:

(0xx11) 2139 7550

e-mail

abrace@abrace.org.br
sp4com@sp4com.com.br

Coordenadora

Patrícia Arce
diretora técnico-regulatória da ABRACE

